



CONTRATO Nº/2021
PAD 10874/2021

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO III

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO
PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPA-
MENTO DE SOM, QUE ENTRE SI FAZEM O
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA-
NÁ E A EMPRESA**

Pelo presente instrumento, regido pelas Leis nº 10.520/02 e n.º 8.666/93, suas alterações e demais legislações pertinentes e em conformidade com Termo de Abertura de licitação nº 48/2021, Pregão Eletrônico n.º/2021, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa, PAD n.º 10874/2020 e a proposta vencedora, de um lado o:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, inscrito no CNPJ sob nº. **03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, de outro, a empresa:

....., inscrita no CNPJ sob nº., com sede na Rua, nº, bairro, Cidade/UF/....., CEP:, telefone: (....), e-mail:, neste ato representada por, portador do CPF nº., denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – Contratação de empresa especializada para realizar serviços de assistência técnica e manutenção corretiva e preventiva em equipamentos de som, com fornecimento integral e reposição de peças, novas e originais ou similares equivalentes ao original, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral.

1.2 – A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no edital de Licitação, no Termo de Referência - Anexo I e demais anexos, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

1.3 – De acordo com o art. 55 da Lei nº 8.666/93, a prestação dos serviços, objeto deste contrato, será realizada por regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1 – DAS ESPECIFICAÇÕES

2.1.1 – O equipamento é composto por:

- a) 02 (dois) Amplificadores (LL ÁUDIO – PRO 1600) para sistema de som para as caixas passivas de parede – interior do plenário;
- b) 01 (um) Amplificador (HAYONIK – VERSATIL PRO 610) para sistema de som para os alto falantes tipo arandelas de teto;
- c) 01 (uma) mesa de som (DIGIMIX 24 – ASHLY) conectada aos microfones, amplificadores e aparelho tricaster;
- d) 08 (oito) Caixas acústicas passivas (FRAHM – PS 8s) instaladas no plenário;
- e) 12 (doze) Alto-falantes falantes tipo arandelas de teto;
- f) 11 (onze) Microfones tipo gooseneck (SHURE – MX 418) instalados no plenário;
- g) 03 (três) microfones marca Leson SM 58 dinâmico, com cabos;
- h) Cabos de áudio XLR e paralelos, ligados nas caixas de som, microfones, amplificadores e mesa de som.

2.2 – Proceder às substituições ou reparos necessários, segundo critérios técnicos, de todos e quaisquer componentes necessários à recolocação do equipamento em condições normais de uso, sem prejuízo à realização de sessões e solenidades da Corte.

2.3 – Prestar os serviços de manutenção corretiva a todo o equipamento, sempre que solicitado pelo Contratante, compreendendo o fornecimento e substituição de toda e qualquer peça necessária, por outras novas e originais (ou similar que seja equivalente ao original), sem ônus adicional ao contrato, com objetivo de corrigir falhas detectadas, de forma a garantir o seu perfeito funcionamento e operacionalidade, solucionando os problemas detectados, preferencialmente, no local onde estiver instalado.

2.3.1 – Além dos serviços descritos acima, a manutenção corretiva incluirá reparos e limpezas, quando necessários, verificação da parte elétrica e controle dos dispositivos eletrônicos.

2.4 – Realizar a troca das espumas dos microfones e dos conectores e, e de troca dos potenciômetros da mesa de som, quando houver algum desgaste que prejudique a qualidade do som.

2.5 – Comprovar, quando exigido pela Contratante, a procedência das peças, componentes e outros materiais necessários, inclusive através da apresentação de notas fiscais.

2.6 – Quando não houver solução do problema no local, sendo necessária a re-

moção do equipamento, este deverá ser substituído imediatamente por outro do mesmo porte e capacidade, até que o aparelho seja devolvido pela Contratada em perfeitas condições de uso.

2.7 – No caso supra referido, o conserto deverá ser efetivado nas dependências do laboratório indicado pela Contratada.

2.8 – Será de responsabilidade da Contratada o transporte, a devolução e a reinstalação do equipamento, quando da sua retirada das dependências deste TRE, o que proceder-se-á mediante recibo.

2.9 – A retirada e a entrega dos equipamentos, quando necessárias, serão por conta e risco da Contratada.

2.10 - Atender as chamadas deste Tribunal com a maior urgência possível, em prazo não superior a 04 (quatro) horas, de forma a não comprometer aos trabalhos nas sessões e causar dano a este Regional.

2.11 – Prestar assistência técnica preventiva a cada bimestre, nas dependências do Contratante, com a finalidade de conservar o equipamento em perfeitas condições de operação, limpeza interna e externa, prevenindo a eventual existência de quaisquer problemas que impliquem consertos ou ajustes.

2.12 – A manutenção preventiva poderá também ser prestada na ocasião em que forem prestados os serviços corretivos ao equipamento, incluindo todos os ajustes, limpezas e lubrificações necessárias.

2.13 – Manter, para a prestação de assistência técnica preventiva e corretiva dos equipamentos objeto do presente contrato, pessoal técnico especializado, compondo a equipe profissionais habilitados, sob sua supervisão, e utilizar materiais adequados e de sua propriedade.

2.14 – Prestar serviços de desinstalação e reinstalação dos equipamentos, em caso de remoção ou mudança do local atual, inclusive dentro do próprio edifício sede.

2.15 – Responsabilizar-se pelo fornecimento de todo o material, equipamento e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços a serem contratados.

2.16 – Garantir que os componentes substituídos atendam aos padrões recomendados pelos fabricantes, não sendo permitida a subcontratação de qualquer espécie.

2.17 – Não adicionar custo ao Contratante pela reposição da peça.

2.18 – A Contratada obriga-se, também, a manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas quando da contratação.

2.19 – Concluir os serviços no dia agendado para a realização dos mesmos e, em não sendo possível, concluí-los no dia imediatamente seguinte, estando incluso no valor contratado quaisquer despesas com frete e demais impostos inerentes à contratação.

2.20 – É de responsabilidade da Contratada todo o material necessário à perfeita execução do objeto, devendo este ser de primeira qualidade, obedecendo à garantia legal e às demais normas do Código de Defesa do Consumidor.

2.21 – A contratada deverá responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados durante a execução dos serviços, ora contratados.

2.22 – Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de quaisquer espécies, incidentes sobre o objeto desta contratação correrão por conta exclusiva da Contratada.

2.23 – A Contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência e concordância do TRE.

2.24 – Local de execução dos serviços: nas dependências deste TRE, na Sala de Sessões localizada no 5º andar, sito na Rua João Parolin, nº. 224 – Prado Velho – Curitiba – Paraná, no horário das 12:00 às 19:00 horas, de segunda a sexta-feira e, no período de 3 meses anteriores ao pleito, sempre que necessário, inclusive sábados, domingos e feriados, em período eleitoral.

2.25 – Da sustentabilidade.

2.25.1 – A contratada deverá obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego.

2.25.2 – A contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE.

2.26 – A contratada obriga-se em manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

2.27 – Apresentar ao Gestor da contratação, no prazo de até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato, o Termo de Sigilo e Responsabilidade (conforme item 10.1 do edital e modelo de seu Anexo II), garantindo o cumprimento da Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral.

2.27.1 – O documento acima referido deverá ser preenchido e assinado pelo Representante Legal da Empresa.

2.28 – Do recebimento do objeto:

2.28.1 – Do recebimento provisório: será efetuado, mediante emissão do Termo de Recebimento Provisório (modelo padrão adotado por este Tribunal), pelo Fiscal da Contratação em até 05(cinco) dias úteis após a execução dos serviços.

2.28.1.1 – Recebido provisoriamente o objeto, mas constatado qualquer defeito/imperfeição dos serviços, a CONTRATADA deverá providenciar a correção no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contados do comunicado do TRE-PR, sem quaisquer ônus adicionais ao CONTRATANTE.

2.28.1.2 – Não havendo correção da desconformidade sem justificativa no prazo máximo de 5 (cinco) dias, o serviço poderá ser recusado pelo fiscal, devendo ser aberto processo administrativo por descumprimento contratual.

2.28.2 – Do recebimento definitivo: será efetuado pelo gestor da contratação, mediante emissão do Termo de Recebimento Definitivo (modelo padrão adotado por este Tribunal) em até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da Nota Fiscal para pagamento.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA PROTEÇÃO DE DADOS

3.1 – É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

3.2 – As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.

3.3 – As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

3.4 – Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação.

3.5 – A LICITANTE/CONTRATADA/DETENTORA DA ATA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

3.6 – A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

CLÁUSULA QUARTA: DO GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1 – A fiscalização e a gestão serão realizadas por servidores devidamente designados pela Administração, em consonância com o artigo 67, parágrafos 1.º e 2.º: da Lei nº 8.666/93.

4.2 – O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo CONTRATANTE, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

4.2.1 – A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

4.3 – Caberá aos Gestores:

- a) Receber e atestar a nota fiscal referente à aquisição encaminhando-a ao setor responsável da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE para pagamento;
- b) Acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa;
- c) Comunicar à contratada via e-mail, carta ou ofício, os problemas relacionados à execução do objeto, fixando prazos para solucioná-los ou para correções dos defeitos ou irregularidades encontradas;
- d) Se a inexecução persistir, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo à Coordenadoria de Apoio Administrativo, devidamente instruído com todas as informações pertinentes, constante de formulário específico, anexando-se cópia do e-mail do subitem acima, referente à intenção de abertura de Processo Administrativo, com o respectivo comprovante de recebimento pela contratada;
- e) Deverá exigir que a contratada substitua qualquer pessoa que seja considerada inconveniente ao trabalho.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

5.1 – O presente contrato terá vigência de 30 (trinta) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado ou rescindido, a critério da Administração, respeitando o disposto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA: DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

6.1 – Os preços serão reajustados a cada 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta, segundo a variação do IPCA (Índice de preços do Consumidor Amplo) de cada período específico, editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC- IBGE, ou, na falta deste, com base na variação de outro índice oficial do governo.

6.2 – A concessão do reajuste dar-se-á retroativamente à data do termo final do interregno de 12 (doze) meses, após devidamente analisado pelo Contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

7.1 – Os recursos destinados à execução do presente contrato correrão à conta de:
Programa de Trabalho 02122057020GP0041;
Nota de Empenho:NE....., emitida em/..../20...;
Elemento de Despesa: 33.90.39.17;
Categoria Econômica: Custeio;
Código SIASG: 13.757.

CLÁUSULA OITAVA: DO PREÇO E DO PAGAMENTO

8.1 – Pelos serviços de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, o Contratante pagará à Contratada a importância mensal de **R\$ (.....)**, perfazendo um valor total estimado de **R\$ (.....)**.

8.2 – Do documento fiscal:

8.2.1 – O documento fiscal deverá atender os requisitos abaixo, podendo ser emitido na forma eletrônica - **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR por e-mail, em formato PDF ou emitido na forma física devendo ser encaminhado a Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, 224, 1º andar, Curitiba/Paraná.

8.2.1.1 – O CNPJ cadastrado no sistema comprasnet/ documentos de habilitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão da nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

8.2.1.2 – Caso a contratada não possa emitir a nota fiscal/fatura com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa licitante vencedora. Nesse caso, ambos os CNPJs (licitante vencedora e eventual matriz ou filial utilizada) deverão estar com a documentação fiscal regular e atender obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- CNPJ da Contratada
- CNPJ do TRE: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valores unitários e totais,
- Número do contrato;
- Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

8.2.2 – O período para faturamento deverá ser mensal.

8.2.2.1 – Os faturamentos seguirão a convenção de mês comercial – inclusive os proporcionais (*pro rata die*). Essa convenção também se aplicará aos reajustes, repactuações, acréscimos, supressões, prorrogações e demais alterações contratuais supervenientes.

8.2.3 – A emissão do documento fiscal deverá ocorrer no mês subsequente ao que faz referência.

8.3 – Das condições do pagamento:

8.3.1 – O pagamento somente ocorrerá depois de atestado pelo gestor do contrato designado para esta finalidade, à conformidade dos serviços prestados. O atestado será realizado, obedecendo ao prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

8.3.2 – O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

8.3.2.1 – Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: até o 5º

(quinto) dia do mês seguinte a prestação dos serviços.

8.3.2.2 – Prazo para atestado da Nota fiscal: até 05 (cinco) dias úteis a partir do aceite da nota fiscal pelo gestor, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências contratuais.

8.3.2.2.1 – A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

8.3.2.3 – Prazo para pagamento da Nota Fiscal: **até 05 (cinco) dias úteis** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor, **nos termos do artigo 5º § 3º da Lei nº 8.666/93.**

8.3.3 – Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.3.4 – A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido neste Contrato será devolvida à Contratada, e nesse caso, os prazos previstos para o seu atestado e pagamento, serão interrompidos e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

8.3.4.1 – Nenhum pagamento será devido à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Este fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8.3.5 – Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

8.3.6 – DA CORREÇÃO MONETÁRIA - Na eventual ocorrência de atraso de pagamento e desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que os devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento – mediante solicitação formal do interessado – serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$. Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

Link do IPCA: <http://www.portalbrasil.net/ipca.htm>

8.4. – Da regularidade fiscal:

8.4.1 – Todo e qualquer pagamento, decorrente do presente contrato, estará condicionado à comprovação da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento, nos quais conste o C.N.P.J. da CONTRATADA.

8.4.1.1 – A regularidade de que trata o subitem 8.4.1 poderá ser verificada:

8.4.1.1.1 – por consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e/ou;

8.4.1.1.2 – por consulta aos sites oficiais e/ou;

8.4.1.1.3 – por apresentação pela CONTRATADA, de documentação e anexada ao documento fiscal.

8.4.1.2 – O resultado das consultas, de que trata os subitens 8.4.1.1.1 e 8.4.1.1.2, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA NONA: DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

9.1 – Da substituição tributária:

9.1.1 – Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei nº 9.430/96, IN RFB 1234/12, IN RFB 971/09, L. C. 116/2003 e L. C. 123/06, conforme o objeto da contratação.

9.2 – Dos tributos federais:

9.2.1 – Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB 1234/12.

9.2.2 – Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), não haverá a retenção de que trata o item acima.

9.2.3 – A nota fiscal, cuja empresa contratada seja Optante do SIMPLES, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB 1234/12 - anexo IV.

9.3 – Da retenção previdenciária:

9.3.1 – Quando o objeto da contratação contemplar cessão de mão de obra ou empreitada poderá ocorrer a retenção do INSS prevista no artigo 112, sobre os serviços elencados nos artigos 117 e 118 da IN RFB 971/09.

9.4 – Da retenção do ISS:

9.4.1 – Sobre serviços, poderá ocorrer a retenção do ISS, quando o objeto da contratação se enquadrar no inciso II, do § 2º do art.6º da L.C.116/03.

9.4.2 – Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), deverá destacar na nota fiscal de prestação de serviços a alíquota na qual está enquadrada, conforme os anexos III ou IV da Lei Complementar nº 123/06. Caso não haja o referido destaque, será considerada a alíquota máxima vigente, ou seja, 5% (cinco por cento).

9.5 – Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

9.6 – A atualização monetária e a multa, provenientes do atraso no recolhimento das obrigações tributárias e/ou previdenciárias serão descontadas

do valor da Nota Fiscal/Fatura correspondente, quando a contratada lhes der causa.

9.6.1 – O não atendimento às especificações do documento fiscal, descritas na cláusula oitava, item 8.2, bem como a não comprovação da regularidade fiscal, prevista na cláusula oitava, item 8.4.1, darão causa ao previsto no item anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 – O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV da Lei 8666/93 e art. 7º da Lei 10.520/2002

a) advertência;

b) 1. Multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor total do contrato pelo atraso aos prazos estipulados no presente instrumento, limitado a 15 (quinze) dias. Após este prazo, será considerado inadimplência total, com aplicação da multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Contratação;

2. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação pela recusa em prestar os serviços quando necessário;

3. multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato pela cessação da prestação dos serviços ou inadimplência reiterada que obrigue a Contratante à rescisão unilateral;

4. multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de quaisquer danos aos equipamentos, causados pelos profissionais ou pelo fornecimento/reposição de peças reconcondicionadas e/ou incompatíveis com os equipamentos;

5. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato pelo não atendimento as obrigações pactuadas, que implique prejuízo ao Contratante, independente do ressarcimento dos danos à Administração;

10.2 – Impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art.7º da Lei nº 10.520/2002, bem como o descredenciamento do SICAF, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação e quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

10.3 – As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar, previstas nos itens 10.1 “a” e 10.2 poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, com a pena de multa.

10.4 – No caso de aplicação de multa determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa à CONTRATADA, esta deverá recolher à União o valor imputado por meio de GRU.

10.5 – As multas imputadas à Contratada cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IGP-M ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1 – Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

11.2 – Será também causa de rescisão a alocação de funcionários pela Contratada, para o desempenho dos serviços que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, conforme artigo 3º da Resolução 07, de 18/10/2005, com redação dada pela Resolução 09, de 06/12/05, ambas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS

12.1 – Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1 – Fica eleito o Foro de Curitiba-PR para dirimir as dúvidas oriundas do presente contrato.

13.2 – E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, de novembro de 2021.

.....
Representante Legal
P/ Contratada

Dr. Valcir Mombach
Diretor-Geral – TRE/PR
P/ Contratante

¹ Portaria n.º 75 do Ministério da Fazenda (atual Ministério da Economia), publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I